

Planos privados de saúde vão ter novo regulamento

Raimundo Rocha

Os planos privados de saúde passarão a ser regidos por um regulamento a ser definido nas próximas semanas pelo Ministério da Saúde. A proposta será estudada e definida por uma comissão especial, composta por membros da Comissão de Seguridade Social da Câmara dos Deputados, e por representantes do Ministério. O grupo, nas estimativas do presidente da Comissão de Seguridade Social, Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE), terá apenas 20 dias para concluir seus trabalhos e apresentar uma proposta final para o ministro Henrique Santillo.

O deputado defendeu a regulamentação por portaria em função da urgência do assunto. Dirigentes do Ministério da Saúde revelaram que o órgão já está apreciando um pedido nesse sentido elaborado pelo Ministério

Público de São Paulo. Maurílio Ferreira Lima disse que esses planos reúnem hoje em todo o País mais de 32 milhões de associados, que são obrigados a se submeterem aos critérios de cada empresa por falta da regulamentação por parte do Governo.

O rompimento unilateral de contratos com associados quando estes podem dar prejuízos aos planos é um dos principais problemas apontados pelo deputado Maurílio Ferreira Lima. Os idosos, para ele, são os mais prejudicados, "pois quando chega aos 70 anos o indivíduo tem seu contrato interrompido, quando de fato mais precisaria dele". O pequeno prazo de cobertura hospitalar para internações e a restrição a pessoas com doenças degenerativas também deve ser discutida pelo grupo, que é coordenado pelo deputado Liberato Caboclo (PDT-SP) e integrado pelos depu-

tados Eduardo Jorge (PT-SP), Sérgio Arouca (PPS-RJ), José Linhares (PP-CE), Reinhold Stephanes (PFL-PR) e Jandira Feghali (PC do B-RJ).

Segundo o presidente da Comissão de Seguridade Social, o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, está disposto a revogar a portaria nº 221/91, baixada na gestão de Zélia Cardoso de Mello, que libera os preços para a prestação de serviços na área de saúde. Conforme Maurílio, o ministro também está propenso a criar uma câmara setorial para a saúde para controlar os preços do setor. "Hoje, o oxigênio, que está sob monopólio, é vendido no Brasil com preço seis vezes maior do que nos Estados Unidos e em muitos hospitais o custo desse serviço é muito superior ao custo da folha de pessoal, e isso é incompreensível", argumentou o deputado.